



Índice

- 01** [MJ fecha acordo para resolver conflito indígena no Mato Grosso do Sul](#)
- 02** [Universidade Guarulhos recebe encontro de povos indígenas nesta sexta-feira](#)
- 03** [União promete comprar terras para resolver conflitos indígenas em MS](#)
- 04** [Sai relatório sobre terras disputadas entre índios e fazendeiros](#)
- 05** [Demarcação de terras indígenas será votado em regime de urgência](#)
- 06** [Índios avisam à Anistia que vão retomar terras "por conta própria"](#)
- 07** [Três mil índios protestam em Sidrolândia contra enrolação na demarcação de terras](#)
- 08** [Indígenas se reúnem com a secretária de Cultura para definir destinação de prédio do antigo Museu do Índio](#)
- 09** [ONU lembra Dia Internacional dos Povos Indígenas](#)
- 10** [Quinta da Estância reitera respeito aos índios](#)



MJ fecha acordo para resolver conflito indígena no Mato Grosso do Sul

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 07.08.2013

Brasília (07/08/2013) - O governo federal fechou um acordo, por unanimidade, na manhã desta quarta-feira (7), para solucionar o conflito entre índios e fazendeiros na fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul. A União vai repassar ao governo do estado Títulos da Dívida Agrária (TDA). Esses recursos serão negociados para indenizar os produtores das áreas que serão destinadas aos indígenas. O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após reunião do Fórum para Demarcação de Terras Indígenas, em Brasília.

O acordo foi firmado pelo governo federal com os produtores rurais, representantes dos indígenas, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Justiça e prefeitos. O próximo passo será uma reunião em Campo Grande (MS), na terça-feira (7), para avaliar os aspectos jurídicos e indenizatórios e, assim, viabilizar o que foi tratado no Fórum. "Haverá total segurança jurídica para ambas as partes. Essa é a primeira porta para a pacificação da questão indígena no Brasil", garantiu o ministro.

Cardozo anunciou também que a próxima área de conflito a ser objeto de discussão do Fórum serão as terras ocupadas pela etnia Guarani-Kaiowá, também no Mato Grosso do Sul. "Justamente para que esse Fórum dê sequência à solução de conflito e pacificação da região", afirmou.

"Esse acordo demonstra como o diálogo com seriedade pode resolver conflitos. O que fizemos com o Mato Grosso do Sul servirá de parâmetro para outros estados; lógico que com as devidas análises jurídicas e financeiras. Cada caso é um caso", finalizou.

Memória- A Fazenda Buriti, está localizada em Sidrolândia, a 60 quilômetros de Campo Grande. O local foi palco de conflito entre indígenas e policiais no dia 30 de maio, durante cumprimento de mandado de reintegração de posse. Um índio morreu. A fazenda está em terra indígena, reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios Terena, mas contestada na Justiça pelos fazendeiros, que têm o título de propriedade da terra.

O Fórum para demarcação de Terras Indígenas foi criado pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em reunião com os indígenas que reivindicam a solução dos conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. O colegiado é composto por representantes dos governos federal, estadual, da Fundação Nacional do Índio, da Advocacia-Geral da União, dos ministérios públicos Estadual e Federal, do Conselho Nacional de Justiça e por líderes indígenas e produtores rurais.

Fonte :Agência MJ de Notícias
(61) 2025-3135 / 3315
acs@mj.gov.br
www.justica.gov.br



Universidade Guarulhos recebe encontro de povos indígenas nesta sexta-feira
SÍTIO TERRA, 07.08.2013

Na próxima sexta-feira, dia 9, a partir das 19h30, a Universidade Guarulhos (UnG) receberá a abertura do 6º Encontro de Povos Indígenas de Guarulhos, evento organizado pela secretaria municipal de Assistência Social em parceria com a instituição.

Realizado desde 2008, o encontro visa a estimular o diálogo entre a população indígena e os representantes das políticas públicas do município e do Estado, para que seja possível a realização de debates sobre os direitos dessa população. Segundo os organizadores, pretende-se também colocar em evidência traços da cultura indígena.

Durante a abertura, estudantes e docentes do curso de Serviço Social apresentarão resultados de pesquisas sobre as questões indígenas.

Devem participar do evento representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Ministério da Cultura, Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena (CPPNI), Conselho Estadual Indígena, Ministério Público Federal, Projeto Xingu, Prefeitura de Guarulhos, entre outras entidades. Também haverá lideranças indígenas das etnias Guarani, Kaingang, Krenak, Terena, Tupi-Guarani e outras que vivem em Guarulhos. Em 2012, o encontro reuniu cerca de 5 mil pessoas.

De acordo com o Censo 2010, a cidade de Guarulhos tem pouco mais de 1,4 mil indígenas, pertencentes a pelo menos 13 etnias diferentes, boa parte de origem nordestina, como Pankararú e Jeripankó, de Pernambuco, Wassu Cocal, de Alagoas, e Pankararé, da Bahia. Algumas já vivem nos centros urbanos, enquanto outras residem em aldeias próximas à cidade.

Nos dias 10 e 11, das 9h às 18h, índios realizarão rodas de conversas, exposição de artesanato, cantos e oficinas no Bosque Maia.



União promete comprar terras para resolver conflitos indígenas em MS

SÍTIO RONDA DO MS, 07.08.2013

Produtores em áreas reivindicadas por terena seriam indenizados. Anúncio foi feito após reunião na sede do Ministério da Justiça.

O Governo Federal promete indenizar produtores rurais de Mato Grosso do Sul em algumas das áreas que atualmente são reivindicadas por indígenas da aldeia Buriti em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande. O anúncio foi feito após reunião, nesta quarta-feira (7), na sede do Ministério da Justiça. Fazendeiros e representantes dos índios disseram estar de acordo com a proposta.

“A partir de agora, que foi definida a premissa do acordo, vamos ver tecnicamente sua viabilização, que não é tão simples. Vamos ter que encontrar terras para serem adquiridas e avaliar as indenizações”, disse o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O objetivo da União é comprar outras terras em Mato Grosso do Sul para a reforma agrária e emitir títulos para o governo estadual, que venderia essas propriedades para obter dinheiro para as indenizações. Os produtores receberiam tanto pelas propriedades quanto pelas benfeitorias feitas.

Na próxima terça-feira (13), uma reunião em Campo Grande com produtores em que serão avaliadas as questões jurídicas e técnicas do processo indenizatório. Também será definido se a iniciativa será ampliada para outras áreas reivindicadas pela etnia guarany no estado.

- G1 MS



Sai relatório sobre terras disputadas entre índios e fazendeiros

SÍTIO RONDA DO MS, 07.08.2013

Aconteceu na manhã desta quarta-feira (7) em Brasília (DF), a reunião da comissão designada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para propor ao Governo Federal a solução para o fim dos conflitos entre fazendeiros e indígenas na disputa por terras.

O Território Buriti, com 15,2 mil hectares em 31 fazendas entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, é uma das áreas em disputa em diversas regiões do País.

A reunião era aguardada para o dia 5, segunda-feira, e como não ocorreu, indígenas realizaram na tarde da terça-feira (6) um manifesto bloqueando a estrada vicinal no município de Sidrolândia que leva às aldeias Córrego do Meio, Lagoinha, Dez de Maio, Buriti, Água Azul, Oliveira, entre outras.

O ato durou pouco mais de duas horas, foi pacífico e teve o acompanhamento da Força Nacional.

Os caciques Ageu (Lagoinha) e Antônio (Córrego do Meio), em entrevista à Rádio Pindorama confirmaram que a realização do manifesto se deu em virtude do adiamento da reunião, aguardada por indígenas e fazendeiros.

O relatório apresenta alternativas e sugestões para a solução da questão entre índios e fazendeiros.

Alternativas

1. a conclusão definitiva do processo administrativo demarcatório com indenização das benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé;
2. a desapropriação de áreas por interesse social;
3. a aquisição direta de terras;
4. o assentamento de pequenos proprietários rurais;
5. a transação judicial;
6. e a indenização do produtor rural por ato ilícito do Estado decorrente da titulação considerada posteriormente ilegítima.

Sugestões

1. à Fundação Nacional do Índio – FUNAI para, ao iniciar processo demarcatório, também realizar a avaliação quanto a possível existência de justo título, possibilitando a adoção concomitante das alternativas acima de transferência de terras para as comunidades indígenas;
2. aos proprietários rurais, às comunidades indígenas e aos órgãos estatais a observância e o respeito ao Estado Democrático de Direito, o que passa pelo cumprimento irrestrito às ordens



judiciais;

3. aos juízos de todo o País, a adoção de absoluta prioridade aos processos judiciais envolvendo demarcações de terras indígenas;

4. ao Governo Federal, a previsão e inclusão anual de recursos orçamentários para garantia de transferências de terras para as comunidades indígenas, inclusive com a adoção e a divulgação imediata de um cronograma claro e objetivo para a solução dos conflitos em cada terra indígena;

5. ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a regulamentação e o aporte de recursos ao Fundo Estadual de Terras Indígenas – FEPATI, criado pela Lei Estadual nº 4.164/12;

6. às administrações dos tribunais de todo o País e ao Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça, o estudo e a adoção de medidas tendentes à diminuição da judicialização

dos processos demarcatórios de terras indígenas;

7. e à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a criação de uma norma, no plano infraconstitucional, possibilitando a indenização por ato ilícito aos proprietários rurais cujos títulos de propriedade guardem as diretrizes da

boa-fé, da insciência da originalidade da posse indígena e da titulação efetivada ou cancelada pelo Estado.

Mauro Silva



Demarcação de terras indígenas será votado em regime de urgência

SÍTIO JL NEWS, 07.08.2013

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, comprometeu-se com os deputados da Frente Parlamentar da Agricultura a colocar na pauta do plenário a votação da urgência do PLP 227 e criar a comissão Especial para a aprovação da PEC 215, que tira do Governo federal e passa ao Congresso Nacional a competência de homologar a demarcação de terras indígenas. O anúncio foi feito pelo deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB), representante do Centro-Oeste da frente parlamentar, e que esteve presente na reunião que ocorreu na tarde desta terça-feira em Brasília.

O Projeto de Lei Complementar 227, de coautoria de Reinaldo Azambuja, regulamenta o § 6º do art. 231 da Constituição Federal de 1988, definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas. A proposta prevê o pagamento de indenização a produtores rurais cuja propriedade for demarcada.

A matéria também estabelece o marco temporal para fins de demarcação de terras indígenas. Só poderão ser demarcadas as terras ocupadas pelos índios desde 5 de outubro de 1988.

O projeto prevê ainda prazos para a análise dos processos de demarcação e define que o Grupo de Trabalho que deve analisar os processos será composto por um antropólogo indicado pela FUNAI, um engenheiro agrônomo indicado pelo Ministério da Agricultura, um advogado indicado pelo Ministério da Justiça, um Historiador, um Agrimensor indicado pelo Ministério da Reforma Agrária, um sociólogo, um representante do município, um representante do estado ao qual pertence a área a ser demarcada, um representante do grupo indígena envolvido e um representante dos proprietários a serem desapropriados.

PEC 215

Conforme Reinaldo Azambuja, Henrique Alves também se comprometeu a instalar na próxima semana a comissão Especial para a aprovação da PEC 215, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.



Índios avisam à Anistia que vão retomar terras "por conta própria"

SÍTIO RÁDIO DIFUSORA, 07.08.2013

Eles declaram-se cansados de esperar por uma ação do Governo Federal e estão decididos a iniciar a retomada das áreas nos próximos dias.

Em encontro com o secretário-geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, cerca de 150 lideranças indígenas de todo o Estado foram, unânimes, no discurso de retomar suas terras e fazer a demarcação por conta própria. Eles declaram-se cansados de esperar por uma ação do Governo Federal e estão decididos a iniciar a retomada das áreas nos próximos dias.

A informação é do coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Flávio Machado, que acompanhou a agenda de Shetty, nesta quarta-feira (7), em Dourados. Esta foi a primeira vez que o secretário-geral da Anistia Internacional veio ao Brasil.

A programação dele começou com visita ao Acampamento Indígena Apikay, na beira da rodovia. Lá, ele ouviu a história da cacique Damiana, que, em seis anos, viu seu marido, dois filhos e dois netos morrerem atropelados. O problema é o principal da comunidade, que também foi alvo de vários ataques, quando casas foram queimadas.

Ao lado de Damiana, Shetty foi visitar o túmulo dos parentes dos cerca de 40 índios que residem no acampamento. Na ocasião, ele observou a presença suspeita de seguranças, não identificados. "Essa é a terceira vez que vou ao local e sou vigiado", contou o coordenador do Cimi.

Na sequência, Shetty seguiu à Aldeia Indígena Jaguapiru para participar de encontro com lideranças de todo o Estado. "Os índios relataram os problemas das comunidades e avisaram retomar, em prazo curto, por conta própria suas terras", relatou Machado.

A promessa do governo era fechar, neste mês de agosto, a compra de terras na região do Buriti para devolver aos índios. O plano era usar a negociação como modelo para a reintegração das áreas em todo o Estado. Segundo o Cimi, em Mato Grosso do Sul a situação dos índios é a pior da América, com índices recorde de desnutrição, mortalidade infantil, suicídio e homicídios.

Em resposta ao apelo dos líderes, Shetty prestou solidariedade. "Ele terá, na sexta-feira (9), reunião com o primeiro escalão do Governo Federal e a nossa expectativa é de que ele cobrará ações imediatas", disse o coordenador regional do Cimi.

Segundo ele, a missão da Anistia Internacional é interceder pelos direitos de todos os grupos sociais. Atualmente, três milhões de pessoas do mundo todo fazem parte da organização.



Três mil índios protestam em Sidrolândia contra enrolação na demarcação de terras
SÍTIO RÁDIO DIFUSORA, 07.08.2013

Segundo o cacique, os indígenas não vão aceitar mais demora

Cerca de três mil indígenas se reuniram próximo da Fazenda Buriti, palco de conflitos entre proprietário e índios Terena, para protestar quanto a morosidade das demarcações para ampliação da Aldeia Buriti. Eles prometem resistir até a morte, caso seja decidido a favor dos produtores rurais.

Os indígenas criticam o adiamento da reunião com o Ministério da Justiça marcada para segunda-feira (5) e mudada para esta quarta-feira (7), às 14h em Brasília. Eles alegam que já era para ter uma decisão final do Governo Federal sobre quem fica com a terra Buriti, se o proprietário Ricardo Bacha ou os indígenas.

De qualquer forma, uma decisão não favorável aos índios não está sendo cogitada pelos Terena. "Se não demarcarem, vamos marca a terra por nossas próprias mãos. Chega de sofrimento", disse o cacique Ageu Reginaldo Terena, mostrando a foice quando avisa que a demarcação será pela própria tribo.

Segundo o cacique, os indígenas não vão aceitar mais demora. "Não vamos aceitar que a União brinque com essa gente. Estamos sendo ameaçados e não vamos nos calar", destacou.

"Perdemos a guerra, mas não perdemos a luta. Quem matou nosso irmão foi o Governo. Nós não vamos nos calar até conseguir", afirmou o filho do cacique, Gênio Reginaldo Francisco Terena.

Para o ancião da Aldeia Buriti, Basílio George Terena, a situação é mais grave. "Eles dizem que vão matar índio. Nós estamos lendo na internet, fazendeiro fazendo ameaça. Se vai matar índio, se está em época de exterminar, então vai acontecer porque nós não vamos sair daqui".

No local há doze homens da Força Nacional que acompanham em três carros o protesto de forma a evitar violência, por ambas as partes. O Governo do Estado estendeu a permanência da Força por mais 45 dias.



Indígenas se reúnem com a secretária de Cultura para definir destinação de prédio do antigo Museu do Índio

SÍTIO TNH 1, 07.08.2013

A reunião da secretária estadual de Cultura, Adriana Rattes, com líderes indígenas do Movimento Aldeia Maracanã, na tarde de ontem (6), durou cerca de cinco horas e terminou sem uma definição sobre como será utilizado o prédio do Antigo Museu do Índio, no entorno do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. A presença de policiais militares na área externa do prédio, onde ocorreu a reunião, desagradou os indígenas.

A secretária disse que não tinha partido dela a convocação dos policiais e que pedira ao secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, que retirasse os policiais da área. "Qualquer presença da polícia poderia ser prejudicial ao encontro, no qual estamos tentando reatar laços com líderes do movimento indígena", disse Rattes.

O tenente-coronel Mauro Andrade, do Agrupamento de Policiamento de Proximidade de Multidões, explicou que os policiais só estavam no local devido a uma denúncia. "Viemos para cá preventivamente para vigiar a situação na Radial Oeste [principal via no entorno da Maracanã], já que a Coordenadoria de Inteligência tinha recebido uma denúncia de que um grupo radical fecharia a via na hora do rush", declarou.

Adriana Rattes abriu a reunião dizendo que o prédio será tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, e que, independentemente do que fosse decidido, o local será destinado à difusão da cultura indígena. A secretária também expôs os dois modelos de gestão que poderiam ser adotados no futuro centro cultural.

"O primeiro seria uma simples terceirização, no qual por meio de um termo de concessão de uso, renovável ao longo dos anos, uma instituição que represente a causa indígena receba a gestão do local. O outro modelo seria por meio de um mecanismo de OS [organização social], no qual o governo fundaria uma instituição pública [Centro de Referência à Difusão da Cultura Indígena]. Neste centro, haveria no seu documento original de criação um conselho administrativo com representação de todas as etnias do Movimento Aldeia Maracanã para administrar as atividades do prédio. A responsabilidade da instituição seria do estado, com a possibilidade de um contrato de gestão com uma associação ligada ao movimento indígena, renovável por cinco anos", explicou.

Adriana Rattes destacou que o segundo modelo seria mais vantajoso devido à facilidade de recursos. "Neste último, o estado poderá e deverá passar recursos para a instituição, sendo ela pública, mas no caso do primeiro, o governo teria limitações para investir, já que será uma instituição cedida", disse.

No final da reunião, a secretária propôs a criação de um grupo de trabalho, de no máximo oito representantes indígenas, para discutir diretamente com a secretaria os modelos de gestão do novo centro, o tipo de projeto e as atividades culturais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 141 / 2013

Brasília, 08 de agosto de 2013.

Adriana Rattes acrescentou que não é desejo do estado que o local seja utilizado como moradia, mas que permitirá a ocupação até que os índios entrem em acordo com o órgão estadual. "A ideia é que eles fiquem aqui pelo tempo que quiserem até que se construa o centro. O que a gente tem que combinar agora é quais serão as bases dessa ocupação. Não faz diferença que eles passem mais algumas noites aqui até acertarmos o programa, mas, em longo prazo, será necessário que eles saiam, até porque vamos precisar fazer obras aqui. Vamos encontrar um denominador comum que atenda todos os interesses", disse a secretária.

Como não havia luz elétrica no prédio, a reunião teve que ser interrompida. Por votação, líderes do Movimento Aldeia Maracanã decidiram, em conjunto com Adriana Rattes, que um novo encontro será no próprio prédio do antigo Museu do Índio, no próximo sábado (10) às 11h.

ONU lembra Dia Internacional dos Povos Indígenas

SÍTIO REVISTA EXAME, 07.08.2013

Alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos pediu que os Estados aumentem esforços de proteção aos indígenas



Índios falam com imprensa no Palácio do Planalto: ONU pediu respeito aos índios por ocasião do Dia Internacional dos Povos Indígenas

Genebra - A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, pediu nesta quarta-feira que os Estados aumentem seus esforços para respeitar os tratados que protegem os povos indígenas.

"Os tratados assinados ou ratificados há mais de um século seguem sendo a pedra angular da proteção da identidade, a terra e os costumes destes povos", disse Pillay em comunicado por conta do Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado na sexta-feira.

A alta comissária lembrou que estes documentos frequentemente permitiram pôr fim aos períodos de conflito, exploração e desapropriação, por isso que pediu que os Governos honrem e respeitem o compromisso firmado.

"No entanto, em muitas ocasiões, as comunidades indígenas se veem obrigadas a recorrer aos tribunais para forçar os Estados a cumprirem suas promessas", acrescentou.

Pillay afirmou que o fato de que a exploração e a desapropriação continuem hoje em dia, "evidencia a necessidade de trabalhar mais para proteger os direitos de cerca de 370 milhões de pessoas indígenas no mundo".

"A mensagem para este Dia Internacional dos Povos Indígenas é que os esforços para construir uma parceria entre os Estados e os povos indígenas devem ser redobrados para que esteja baseada na confiança, no respeito mútuo, no estado de direito e na afirmação da cultura e nos costumes dos aborígenes", sentenciou Pillay.



Quinta da Estância reitera respeito aos índios

SÍTIO BRANDPRESS, 07.08.2013

“Estamos tão imersos na globalização e na correria do dia a dia, que muitas vezes nos esquecemos quem foram os primeiros habitantes do território brasileiro e que nos transmitiram muitos dos costumes que adotamos em nosso cotidiano”, disse Rafael Goelzer, diretor da Quinta da Estância, sobre a importância de homenagear os índios. Na próxima sexta-feira (9), Dia Internacional dos Povos Indígenas, a Fazenda reitera seu respeito e admiração pela cultura e aprendizado, herança desse povo. “A valorização da cultura indígena é uma obrigação para que possamos entender muitos dos hábitos que hoje cultivamos e absorver outros como a interação do ser humano com o ambiente natural”, completou Goelzer.

Na Quinta da Estância eles têm espaço para mostrar a crianças e adolescentes toda sua cultura e relação com a natureza. Pensando nisso, em 1998, a maior Fazenda de turismo rural e pedagógico idealizou o “Programa Povos Indígenas”, cujo conceito é valorizar e preservar a cultura dos índios e disseminá-la aos visitantes da Fazenda. Até agora mais de 35 mil pessoas já participaram deste projeto.

O respeito e o entendimento à cultura indígena vai além. Com um sítio arqueológico modelo, os professores da Fazenda demonstram como se resgata a história de povos que não deixaram nada escrito e estimulam os alunos a simularem uma escavação com classificação, montagem e interpretação das peças encontradas. Este programa didático pedagógico é organizado por arqueólogos, antropólogos e professores de história. “A tradição é resgatada a todo o momento. Crianças aprendem na prática como é a vida real dos índios atualmente e como foi no passado, vivenciando a cultura e conhecendo as dificuldades presentes na vida das tribos”, salienta Goelzer. Mais informações em: <http://www.quinta-da-estancia.com.br/http://www.quinta-da-estancia.com.br/>.

Sobre a Quinta da Estância

Fundada em 1992, a Quinta da Estância é a maior fazenda de turismo rural pedagógico do Brasil, pioneira em ações de educação ambiental e sensibilização ecológica. Foi o primeiro empreendimento turístico do Brasil aceito como Signatário do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e uma das 350 empresas do mundo a participar do Caring for Climate, selo grupo da ONU especializado no combate às mudanças climáticas do planeta. Em 2009, recebeu o reconhecimento Estadual e Nacional do Prêmio MPE Brasil – categoria Responsabilidade Social, concorrendo com mais de 57 mil empresas de todo o país. O empreendimento também possui, desde 1995, o primeiro criadouro conservacionista do Brasil com finalidade pedagógica, que cria e reproduz animais silvestres, especialmente em vias de extinção.